

BOLSONARO CONSOLIDOU DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, DIZ RELATÓRIO DO INESC

O ano de 2021 consolidou o processo de desfinanciamento de políticas públicas que, interrompidas ou prejudicadas pela escassez de recursos, fizeram o Brasil retroceder no combate às desigualdades e na preservação dos direitos humanos. É o que diz o relatório “A Conta do Desmonte – Balanço Geral do Orçamento da União”, produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), organização não governamental com mais de quarenta anos de atuação na área de democracia e direitos humanos. “O que se desprende da gestão Bolsonaro é uma política deliberada de desmonte. Quando analisamos os gastos, observamos, com raras exceções, quedas expressivas na execução financeira dos órgãos e das políticas públicas”, constata Livi Gerbase, assessora política do Instituto.

O documento busca responder à pergunta: em que medida o esforço fiscal da União resulta em justiça? “Boa parte dessa desestruturação pode ser explicada pelo teto de gastos, medida fiscal que em 2016 congelou o Orçamento da União até 2026. Mas não é só isso. Há intenção deliberada de tornar a máquina pública ineficiente para justificar privatizações ou apropriações privadas de bens e serviços públicos, e reformas que resultem em menor intervenção do Estado”, explica Livi.

O relatório do Inesc analisa os gastos do governo Bolsonaro, com o intuito de abastecer o debate sobre justiça econômica, social e ambiental. “Essa gigantesca e rápida operação de desmonte das políticas públicas foi possível, pois as forças defensoras de interesses privatistas, como agronegócio, mineradoras, empresas de logística e das áreas de saúde e educação, fabricantes de armas, entre tantas outras, encontram fortes aliados tanto no Legislativo quanto no Executivo”, pontua a assessora do Inesc.

Entre os instrumentos usados na execução dos desmontes sociais estão, entre outros, além do teto de gastos, o chamado “Orçamento Secreto”, manobra criada pelo legislativo para empoderar parlamentares diante de suas bases políticas. “O Orçamento Secreto direciona o gasto público, sem limites e nem critérios de distribuição. Os altos valores alocados nos dois anos desde sua criação devem causar grande preocupação à sociedade”, alerta Livi.

O balanço aborda os (não) gastos de forma segmentada: Covid-19, saúde, educação, direito à cidade, meio ambiente, povos indígenas, criança e adolescente, igualdade racial e mulheres. “Ao alimentar uma falsa dicotomia entre vida e economia, mas sem ‘salvar’ nenhuma delas, o mandato de Jair Bolsonaro deixou mais de 660 mil pessoas morrerem de Covid-19”, lamenta Nathalie Beghin, coordenadora da assessoria política do Inesc, no prefácio do relatório (a cifra atual de óbitos pela pandemia no Brasil já chega, porém, a 690 mil).

O Inesc compara a década atual com os anos 1980, ao denominar o período de agora como “década perdida”. Chega a esta conclusão a partir de indicadores econômicos e sociais das duas épocas. “A comparação é relacionada principalmente ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Já são seis anos, pelo menos, de um crescimento estagnado no Brasil. E isso tem vindo junto com o aumento do desemprego e agora também com inflação. E isso casa exatamente com o teto de gastos. Então o governo não está fazendo uma política de investimentos, uma política de incentivo ao crescimento”, finaliza Livi. A seguir, informações setoriais que constam do Relatório do Inesc.

Covid-19. Os recursos federais destinados ao combate à Covid-19 no ano de 2021 tiveram uma queda de 78,8% em relação ao ano anterior. E 28% do que foi autorizado não foram executados. Vale lembrar que 2021 foi o período mais letal da pandemia, com 396 mil mortes. Naquele ano, o auxílio emergencial só saiu em abril e com cortes na casa de 50%. E os recursos autorizados para 2022 para combate ao coronavírus não chegam a 10% do que foi gasto em 2021, apenas R\$ 11,8 bilhões, sendo mais de dois terços deste valor para a aquisição de vacinas.

Excetuando-se os gastos com a pandemia, a execução financeira na área da saúde no ano de 2021 registrou cortes de quase R\$ 11 bilhões desde 2019, uma perda de 7% em dois anos. E a dotação aprovada para 2022 é 18% menor que a executada no ano passado – uma redução de R\$ 32,8 bilhões. Importante lembrar que tal desfinanciamento do SUS ocorre em momento de liberação de demandas reprimidas em razão da pandemia, como cirurgias e exames adiados e tratamentos interrompidos.

Educação. Em meio ao caos causado pela Covid-19, não houve nenhum esforço do governo federal no sentido de atenuar o prejuízo escolar dos estudantes da rede pública. Entre 2019 e 2021, a execução da área de educação diminuiu R\$ 8 bilhões e, em que pese o valor autorizado para o ano passado ter sido um pouco maior que o de 2020, a execução foi menor. Já no ensino superior, a queda na execução orçamentária é da ordem de R\$ 7 bilhões desde o início do governo Bolsonaro.

Direito à cidade. Apesar de o déficit habitacional brasileiro ser de mais de 6 milhões de moradias, o governo federal não destinou recursos para habitações de interesse social nos anos de 2020 e 2021. Os R\$ 18 bilhões desembolsados em 2019 foram relativos a pagamentos de despesas contratadas em anos anteriores.

Meio ambiente. O orçamento executado para o meio ambiente em 2021 foi de R\$ 2,49 bilhões, o menor dos últimos três anos, apesar de a pressão internacional ter feito com que houvesse um aumento nos valores destinados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), após a divulgação, por parte do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do acelerado crescimento das taxas de desmatamento. A taxa de desmatamento em janeiro de 2022 foi 419% maior que a registrada no mesmo período do ano anterior.

Povos indígenas. Desde a posse de Jair Bolsonaro, 45% dos recursos da ação orçamentária destinada a proteger e demarcar os territórios indígenas foram direcionados a indenizações e aquisições de imóveis – medidas que beneficiam não indígenas. Em 2022, o orçamento autorizado para a Funai trouxe um corte de R\$ 100 milhões.

Criança e adolescente. A execução financeira das ações relacionadas à Assistência à Criança e ao Adolescente caiu 28% entre 2019 e 2021, sendo no ano passado de R\$ 382 milhões. O investimento no combate ao trabalho infantil caiu vinte vezes em três anos, chegando a míseros R\$ 332 mil em 2021, o que equivale a R\$ 0,19 por criança/ano, estimando-se que sejam 1,8 milhão de crianças em tal situação. Os recursos destinados à socioeducação foram reduzidos em 70%, caindo para R\$ 1,9 milhão em 2021.

Igualdade racial. Em 2021, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a quem cabe, em tese, conduzir ações de promoção da igualdade racial, investiu nelas oito vezes menos que no primeiro ano do governo Bolsonaro: apenas R\$ 2 milhões. Foram executados míseros R\$ 164 mil em ações de reconhecimento e indenização de propriedades quilombolas, além de R\$ 792 mil de compromissos assumidos em anos anteriores. Para 2022 a alocação de recursos para demarcação de terras quilombolas segue irrisória: R\$ 505 mil.

Mulheres. O governo Bolsonaro mudou a política pública voltada para as mulheres, resultando no Programa 5034: “Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos”. Além de trazer nas entrelinhas pautas fundamentalistas, tal programa se tornou um “guarda-chuva” para a execução de ações para crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, quilombolas e indígenas, além da política de promoção da igualdade racial, que foi desmontada.

A ministra Damares Alves continuou negligenciando a Casa da Mulher Brasileira (CMB). Dos R\$ 21,8 milhões autorizados, apenas R\$ 1 milhão foi executado. Em 2019, nada foi investido na CMB e em 2020, apenas míseros R\$ 308 mil. Em 2022, os recursos foram igualmente parcos: apenas R\$ 5,1 milhões para enfrentamento à violência contra a mulher e promoção de sua autonomia, e outros R\$ 8,6 milhões para a CMB. A alocação mais baixa em quatro anos da gestão.

(Rudson Soares)